

Documentos de Prestação de Contas 2017

Notas ao Balanço e à Demonstração
de Resultados
(Doc. n.º 13)

Município de Albufeira

Anexo ao Balanço de 31 de Dezembro de 2017

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Prévia

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de Dezembro de 2017.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com excepção das rubricas 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.17., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril (2.ª Série).

Todos os bens do activo imobilizado foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

b) Existências e Materiais Diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.

O método de custeio das saídas adoptado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

c) Dívidas de Terceiros

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa foi adoptado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Quanto às provisões para fazer face a riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, foi utilizado o critério tipificado pelo POCAL.



d) *Acréscimos e diferimentos*

Nota introdutória:

Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.

271 - Acréscimos de proveitos:

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

2711 – Juros a receber:

Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.

272 – Custos diferidos:

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afectar directamente a respectiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos:

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer-se em exercício ou exercícios posteriores.

2732 - Remunerações a liquidar:

Compreende, entre outras, as remunerações (e respectivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respectivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respectivos.

Assim, em 31 de dezembro de 2017 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2018, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de dezembro de 2017.

J
1
3
R

Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respectivos encargos vencidos em 31 de dezembro, deve ser dado o tratamento contabilístico presentemente adoptado no Balanço.

274 - Proveitos diferidos:

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 - Subsídios para investimentos:

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com activos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento no âmbito de fundos comunitários.

8.2.6. Na conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento” foram registados valores no ano de 2017, inerentes a elaboração de um plano de pormenor e da revisão do PDM de Albufeira.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:



8.2.7

Activo bruto

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Ano: 2017

Un. €

| Rubricas | Saldo inicial | Reavaliação/ ajustamento | Aumentos | Alienações | Sinistros | Abates | Transferências | Saldo final |
|--|-----------------------|-----------------------------|---------------------|-------------|-----------|-------------------|----------------|-----------------------|
| De bens de domínio público: | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 981 294,31 | | | | | | | 981 294,31 |
| Edifícios | | | | | | | | |
| Outras construções e infra-estruturas | 162 531 300,91 | | 141 635,13 | | | | 1 251 649,86 | 163 924 585,90 |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | 382 445,89 | | 1 208,40 | | | | | 383 654,29 |
| Outros bens de domínio público | 5 591 027,15 | | 228 494,11 | | | | | 5 819 521,26 |
| Imobilizações em curso | 11 496 603,92 | | 5 552 861,58 | | | | -1 251 649,86 | 15 797 815,64 |
| Adiantamentos por conta de bens de domínio público | 9 566,94 | | | | | | | 9 566,94 |
| | 180 992 239,12 | | 5 924 199,22 | | | | 0,00 | 186 916 438,34 |
| De imobilizações incorpóreas: | | | | | | | | |
| Despesas de instalação | | | | | | | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 573 892,60 | | 32 103,00 | | | | | 605 995,60 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 1 754 354,52 | | 171 576,61 | | | | | 1 925 931,13 |
| Imobilizações em curso | 1 296 969,18 | | 61 463,10 | | | | | 1 358 432,28 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | | | | | | | | |
| | 3 625 216,30 | | 265 142,71 | | | | 0,00 | 3 890 359,01 |
| De imobilizações corpóreas: | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 5 459 662,56 | | 110 000,00 | | | | | 5 569 662,56 |
| Edifícios e outras construções | 83 298 888,99 | | 1 293 848,18 | | | | 6 025 948,29 | 90 618 685,46 |
| Equipamento básico | 13 716 687,07 | | 766 872,88 | | | 152 986,77 | | 14 330 573,18 |
| Equipamento de transporte | 4 249 744,92 | | 819 217,03 | | | 176 780,72 | | 4 892 181,23 |
| Ferramentas e utensílios | 271 435,28 | | 24 095,78 | | | | | 295 531,06 |
| Equipamento administrativo | 9 529 983,31 | | 805 087,24 | | | 9 830,19 | | 10 325 240,36 |
| Taras e vasilhame | | | | | | | | |
| Outras imobilizações corpóreas | 2 330 530,40 | | 76 427,50 | | | | | 2 406 957,90 |
| Imobilizações em curso | 14 517 922,12 | | 1 032 227,89 | | | | -6 025 948,29 | 9 524 201,72 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | 20 000,00 | | | | | | | 20 000,00 |
| | 133 394 854,65 | | 4 927 776,50 | 0,00 | | 339 597,68 | 0,00 | 137 983 033,47 |
| De investimentos financeiros: | | | | | | | | |
| Parte de capital | 5 500 251,79 | | | | | | | 5 500 251,79 |
| Obrigações e títulos de participação | 2 752 093,16 | | | | | | | 2 752 093,16 |
| Investimentos em imóveis: | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | | |
| Outras aplicações financeiras: | | | | | | | | |
| Depósitos em instituições financeiras | | | | | | | | |
| Títulos da dívida pública | | | | | | | | |
| Outros títulos | | | | | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | | | | | |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | | | | | | | | |
| | 8 252 344,95 | | | | | | | 8 252 344,95 |

J 1 PA

8.2.7

Amortizações e provisões

Ano: 2017

| MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA | | | | |
|--|-----------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|
| | Un. € | | | |
| Rubricas | Saldo inicial | Reforço | Regularizações | Saldo final |
| De bens de domínio público: | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras construções e infra-estruturas | 115 995 422,15 | 5 711 528,87 | 0,00 | 121 706 951,02 |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | 2 097,74 | 2 097,74 | 0,00 | 4 195,48 |
| Outros bens de domínio público | 1 933 893,72 | 238 331,95 | 0,00 | 2 172 225,67 |
| | 117 931 413,61 | 5 951 958,56 | 0,00 | 123 883 372,17 |
| De imobilizações incorpóreas: | | | | |
| Despesas de instalação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 463 580,94 | 15 373,46 | 0,00 | 478 954,40 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 1 264 991,17 | 161 652,34 | 0,00 | 1 426 643,51 |
| | 1 728 572,11 | 177 025,80 | 0,00 | 1 905 597,91 |
| De imobilizações corpóreas: | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | | | | |
| Edifícios | 11 541 392,19 | 1 295 813,58 | | 12 837 205,77 |
| Outras Construções | 5 021 459,55 | 395 779,71 | | 5 417 239,26 |
| Equipamento básico | 12 103 529,73 | 482 001,71 | 152 986,77 | 12 738 518,21 |
| Equipamento de transporte | 3 538 323,59 | 254 553,07 | 176 384,72 | 3 969 261,38 |
| Ferramentas e utensílios | 243 351,08 | 11 859,79 | 0,00 | 255 210,87 |
| Equipamento administrativo | 8 954 490,48 | 379 313,75 | 9 418,00 | 9 733 222,23 |
| Taras e vasilhame | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras imobilizações corpóreas | 1 980 608,21 | 17 616,98 | 0,00 | 2 000 225,19 |
| | 43 383 154,83 | 2 836 938,59 | 338 789,49 | 45 881 303,93 |
| De investimentos financeiros: | | | | |
| Parte de capital | 3 629 401,79 | | 0,00 | 3 629 401,79 |
| Obrigações e títulos de participação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos em imóveis: | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras aplicações financeiras: | | | | |
| Depósitos em instituições financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Títulos da dívida pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros títulos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 3 629 401,79 | 0,00 | 0,00 | 3 629 401,79 |

8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos está desagregada na relação do Património do Município de Albufeira, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do activo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de aquisição;
- Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do activo imobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do activo imobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de imobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2017, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 2.164.386,61, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 50.627,85.

O saldo do capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo em 31 de dezembro de 2017 é de € 13.212.987,44.

As despesas realizadas inerentes a Empréstimos obtidos de médio e longo prazo constam do quadro seguinte.



**ENDIVIDAMENTO
EMPRESTIMOS**

(De harmonia com o ponto n.º 8.2.9 do POCAL;

Município de Albufeira

Ano: 2017
(Unidade Euro)

| Caracterização do empréstimo | N.º empréstimo | Entidade | Data de aprovação pela A.M. empréstimo | Data de contratação do empréstimo | Prazo do contrato | Anos decorridos | Número de registo | Visto do TC | Finalidade do empréstimo (c) | Capital | | Taxa de juro | | Encargos do ano | | | Divida em 1 de janeiro de 2017 | Divida em 31 de dezembro de 2017 | Observações | |
|--|--|------------|--|-----------------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-------------|---|---------------|---------------|--------------|-------|-----------------|-----------|--------------|--------------------------------|----------------------------------|---------------|--|
| | | | | | | | | | | Utilizado | Contatado | Inicial | Atual | Amortização | Juros | Total | | | | Juros de mora |
| Corto Prazo (b) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total/A transportar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0018/0000910/591 (0018/000025/987/0019) | C.G.D. | 30.03.93 | 17.05.93 | 25 | 24 | 24398 | 29.04.93 | Invest Habit Social abrigo do D.L. N.º 110/65 de 17 Abril (I)* | 295 353,20 | 295 353,20 | 10,50% | 1,04% | 19 802,76 | 101,47 | 19 904,25 | | 29 734,46 | 9 931,68 | |
| | 0018/0000912/191 (0018/000026/857/0019) | C.G.D. | 22.04.94 | 23.05.94 | 26 | 23 | 44045 | 09.05.94 | Invest Habit Social abrigo do D.L. N.º 110/65 de 17 Abril (64 fogos) (I)** | 716 378,53 | 716 378,53 | 7,70% | 1,04% | 34 248,12 | 536,36 | 34 784,48 | | 137 862,49 | 103 614,37 | |
| | 0018/0000915/691 (0018/000028/457/0019) | C.G.D. | 21.06.99 | 23.07.99 | 25 | 18 | 12325 | 07.07.99 | Invest Habit Social abrigo do D.L. N.º 110/65 de 17/04 e 22/07/98 (66/05 (47 fogos) (I)** | 845 789,83 | 845 789,83 | 3,05% | 0,00% | 55 481,96 | | 55 481,96 | | 166 445,90 | 110 963,94 | |
| | 9015/002164/991 (9015/000010/687/0019) | C.G.D./BEI | 27.06.01 | 23.09.01 | 20 | 16 | 223901 | 09.08.01 | Investimento (N) | 3 242 186,33 | 3 242 186,33 | 4,61% | 0,00% | 226 635,57 | 4 003,55 | 230 639,12 | | 1 141 579,35 | 914 943,76 | |
| | 9015/002165/153 (9015/000010/687/0027) | C.G.D./BEI | 27.06.01 | 23.09.01 | 20 | 16 | 223901 | 09.08.01 | Investimento (N) | 3 242 186,33 | 3 242 186,33 | 4,61% | 0,00% | 228 026,04 | 4 028,12 | 232 054,16 | | 1 148 599,37 | 920 557,33 | |
| Empréstimos Bancários - Médio e Longo Prazo (b) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 9015/003526/791 (9015/000118/487/0019) | C.G.D. | 26.06.03 | 20.06.03 | 20 | 14 | 38903 | 07.08.03 | Urbanização, no âmbito da medida 1.5 do Programa - QCA III LCL 14/000 de 19/07 (I)** | 381 430,00 | 372 470,46 | 1,00% | 0,69% | 19 120,09 | 856,82 | 19 976,91 | | 133 840,63 | 114 720,54 | |
| | 9015/003775/691 (9015/001392/587/0019) | C.G.D. | 30.09.03 | 18.09.03 | 15 | 14 | 12748 | 13.10.03 | Investimento (N) | 770 000,00 | 770 000,00 | 2,86% | 0,48% | 66 911,10 | 539,62 | 67 449,72 | | 134 126,99 | 67 215,99 | |
| | 914/0013564/191 (914/000118/987/0019) | C.G.D. | 30.09.03 | 08.10.04 | 15 | 13 | 254504 | 24.11.04 | Investimento (N) | 830 000,00 | 830 000,00 | 2,57% | 0,25% | 69 166,87 | 306,93 | 69 473,60 | | 207 500,01 | 138 333,34 | |
| | 2031529630001 | BFI | 30.06.05 | 13.07.05 | 15 | 12 | 186205 | 26.07.05 | Investimento (N) | 900 000,00 | 900 000,00 | 2,30% | 0,00% | 77 321,04 | | 77 321,04 | | 309 204,18 | 231 963,14 | |
| | 29 020 | NOVO BANCO | 05.11.08 | 04.11.08 | 20 | 9 | 159508 | 21.01.09 | Investimento (N) | 18 000 000,00 | 15 432 163,56 | 5,51% | 0,32% | 857 342,42 | 40 255,98 | 897 598,40 | | 10 502 444,64 | 9 645 102,22 | Financiamento concedido pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) ao Pólo-Abufeira, cuja dívida foi transferida para o Município de Abufeira no âmbito do projeto de parilha |
| Total/A transportar | | | | | | | | | | 31 224 057,24 | 28 622 831,11 | | | 2 164 396,61 | 60 627,85 | 2 215 014,46 | | 15 377 374,05 | 13 212 987,44 | |
| Limite de endividamento # | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade
c) Utilizar (I), se estiver dentro do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário
* I - dentro do limite de endividamento, conforme o disposto no alínea c) do nº 6 do artigo 24º da Lei 49/98, de 6 de agosto
** Artigo 105º da LOE 2016 (Lei 82-9/2016, de 31 de dezembro)
Informação constante no Relatório de Gestão

8.2.12. Estes valores constam da relação do património, supra referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação do património, supra referida no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e por outro lado, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objecto de amortização, são os legalmente consagrados como terrenos e recursos naturais não afectos à extracção, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação do património referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respectivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000, de 5 de agosto do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172-B/2001, de 26 de maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003, de 8 de novembro foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objecto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social realizado à data de 31 de dezembro de 2014, era de € 29.290.875,00, correspondendo a 5.858.175 ações de valor nominal de € 5,00 cada. Em 31 de dezembro de 2016 faltava realizar € 534.125,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 ações (que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 ações da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de março de 2003, foi deliberado o aumento do respectivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios, atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 ações, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 ações no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,85% do Capital Social da empresa.

Tendo em atenção que o relatório de 2017 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2016.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2016, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 534.438.904, o Volume de Negócios é de € 56.929.296, o Capital Próprio é de € 38.748.441 e o Resultado Líquido é de € 6.810.569.

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede em Barros de São João da Venda, 8135-026 Almancil, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de maio.

O capital social da empresa em 2016 é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 acções de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 acções da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00 que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2016 salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 61.986.530, o Capital Próprio é de € 19.817.271, o Volume de negócios é de € 22.867.401 e o Resultado Líquido é de € 2.158.390.

➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de fevereiro.

Tem capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 acções nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Em 16 de maio de 2001, foi outorgado entre a Sociedade “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, e a “*Parque Expo 98, S.A.*”, Contrato de Mandato, nos termos do qual a *PolisAlbufeira* concedeu à *Parque Expo*, mandato de representação, mediante retribuição para prestação e conclusão, segundo instruções e directivas da mandante de Serviços de Apoio e Assessoria Financeira, Apoio e Assessoria Jurídica, Divulgação e Conhecimento, Arquitectura e Ordenamento, Controlo e Planeamento e Engenharia e Fiscalização, visando a divulgação, coordenação global e gestão da Intervenção;

Nos termos daquele Contrato, a mandatária referenciada ficou responsável pelo fornecimento dos serviços necessários a uma gestão integrada de todas as actividades relativas à realização do Programa Polis de Albufeira, sendo que a vigência daquele terminava em dezembro de 2007. Sucedeu, no entanto, que acordaram os outorgantes prorrogar a vigência daquele contrato até setembro de 2008, atenta a previsão da necessidade de assegurar a conclusão de actividades ainda em curso, no âmbito da intervenção do Programa Polis. A prorrogação do mencionado *Contrato de Gestão Global*, acarretou a obrigação do pagamento, pela *Sociedade PolisAlbufeira à Parque Expo*, da quantia de € 446.304,00. A “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, encontrava-se em fase de liquidação, sendo o termo daquele processo fixado para 31 de dezembro de 2008.

No decorrer do ano 2008, os accionistas acima mencionados aprovaram a realização de prestações suplementares de capital no montante total de € 446.304,00, a suportar pelos accionistas na proporção do capital social detido por cada um. O valor realizado pelo Município de Albufeira foi de € 178.522,00.

Passa-se de seguida a uma breve análise do relatório e contas de 2009, da qual se salientam os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 35.110.784,55, o Capital Próprio é de € 13.998.593,40, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

Ressalva-se ainda que, derivado dos esforços perpetrados no decurso do ano 2017, tornou-se possível realizar os trabalhos tendentes ao encerramento contabilístico do ano de 2016 e respetiva certificação de contas.

Salienta-se ainda a existência de um projeto partilha entre o Município de Albufeira e a Sociedade PolisAlbufeira, S.A., que ainda não se encontra totalmente concluído pelo que, no decurso do ano de 2018, existe a possibilidade de se incorporarem a totalidade dos ativos, bem como os restantes passivos.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objectivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espectáculos

desportivos e o desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 acções da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2017 ainda se encontra em fase de elaboração e os de 2003 a 2016 ainda não estão disponíveis, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objecto social da Sociedade é promover e executar acções relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infra-estruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a colectividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objecto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projectos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções colectivas de pequena escala, pólos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respectivo objecto social, a promoção e execução de projectos interinstitucionais, de

informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projectos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2011 é de € 279.500,00 €, dividido em acções com o valor nominal de € 10,00 € cada uma, nos termos do constante dos respectivos estatutos.

Atento nos objectivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas ações por aquela desenvolvidas em cumprimento do respectivo objecto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como accionista, mediante a subscrição de 100 acções nominativas, num valor total de € 1.000,00, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2016 ainda se encontra em fase de elaboração e o de 2012, 2013, 2014 e 2015 ainda não foi disponibilizado, analisa-se de seguida o relatório e contas referente ao exercício de 2011, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 1.104.693,93, o Volume de Negócios é de € 102.170,17, o Capital Próprio é negativo em € 160.637,29 e o Resultado Líquido é negativo em € 97.827,97.

8.2.19. Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

8.2.22. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa, em 31/12/2017, ascende a € 4.831.021,89.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - CONTAS DE ORDEM

| CONTAS | | Saldo da Gerência anterior | | Movimento Anual | | Saldo para a Gerência Seguinte | |
|---------------------------------------|--|----------------------------|-------------|-------------------|-------------------|--------------------------------|------------|
| Código | Designação | Devedor | Credor | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| Garantias e Cauções | | | | | | | |
| 093 | Garantias e Cauções de Terceiros | | | | | | |
| 0932 | Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas | 787 172,44 | | 324 927,42 | | 1 112 099,86 | |
| 09321 | Prestadas por Fornecedores de c/c | 26 775,15 | | 14 058,28 | | 40 833,43 | |
| 09322 | Prestadas por Fornecedores de Imobilizado | 760 397,29 | | 310 869,14 | | 1 071 266,43 | |
| 09323 | Prestadas por Outros Credores | | | | | | |
| 0933 | Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas | | | 6 695,54 € | 232 935,95 | | 226 240,41 |
| 09331 | Devolvidas a Fornecedores de c/c | | | | 633,58 | | 633,58 |
| 09332 | Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado | | | 6 695,54 € | 232 302,37 | | 225 606,83 |
| 09333 | Devolvidas a Outros Credores | | | | | | |
| 0934 | Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas | | | | | | |
| 09341 | Accionadas a Fornecedores de c/c | | | | | | |
| 09342 | Accionadas a Fornecedores de Imobilizado | | | | | | |
| 09343 | Accionadas a Outros Credores | | | | | | |
| Total de Garantias e Cauções | | 787 172,44 | 0,00 | 331 622,96 | 232 935,95 | 885 859,45 | |
| Recibos para Cobrança | | | | | | | |
| 092 | Recibos para Cobrança (Receita Virtual) | | | | | | |
| 0921 | À responsabilidade do Tesoureiro | 4 895 581,90 | | 9 190,71 | 455 264,18 | 4 449 508,43 | |
| 0922 | À responsabilidade de Outros Agentes | | | | | | |
| Total de Recibos para Cobrança | | 4 895 581,90 | 0,00 | 9 190,71 | 455 264,18 | 4 449 508,43 | |
| Total | | 5 682 754,34 | 0,00 | 340 813,67 | 688 200,13 | 5 335 367,88 | |

Em 2016 procedeu-se a devolução de cauções de duas obras referentes às empresas Construtora Barão, Lda e Algarvolt, Lda pelos valores de 6.414,37 € e 281,17 € respectivamente. Acontece que em 2017, verificou-se que, por lapso, estes lançamentos foram efectuados em contas diversas das empreitadas a que diziam respeito. Assim, e de modo a debelar esta anomalia foram efectuados os seguintes lançamento nas contas de ordem, que provocam movimentos de 6.695,54 € a débito e crédito na conta 09332 – Devolvidas a fornecedores de imobilizado, sem que exista qualquer movimento financeiro. Estes lançamentos são:

- Construtora Barão, Lda:

- Débito: 093320169001528 – 6.414,37 €
- Crédito: 093120169001528 – 6.414,37 €

e

- Débito: 093120170001528 – 6.414,37 €
- Crédito: 093320170001528 – 6.414,37 €

- Algarvolt, Lda:

- Débito: 093320343005133 – 281,17 €
- Crédito: 093120343005133 – 281,17 €

e

- Débito: 093120453005133 – 281,17 €

- Crédito: 093320453005133 – 281,17 €

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respectivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

| Código das Contas | | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
|-------------------|---|---------------|-----------|------------|--------------|
| 19 | Provisões para aplicação de tesouraria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 291 | Provisões para cobranças duvidosas | 5 012 001,69 | 1 238,73 | 245 671,07 | 4 767 569,35 |
| 292 | Provisões para riscos e encargos | 6 884 623,88 | 98 806,02 | 439 068,84 | 6 544 361,06 |
| 39 | Provisões para depreciação de existências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 49 | Provisões para investimentos financeiros | 3 629 401,79 | 0,00 | 0,00 | 3 629 401,79 |

8.2.28. O Resultado líquido do Exercício de 2016 foi positivo em € 14.294.516,20. Foi aprovado, na prestação de contas de 2016, a aplicação de 5% deste valor, no montante de 714.725,81€ para Reservas Legais, e a transferência do remanescente para a conta 59 – Resultados Transitados.

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

| Movimentos | Mercadorias | Matérias-primas subsidiárias e de consumo |
|-------------------------------|---------------------|---|
| Existências iniciais | 103 348,96 | 1 155 597,10 |
| Compras | 5 803 372,58 | 681 241,78 |
| Regularizações de existências | 0,00 | -176 846,70 |
| Existências finais | 102 838,62 | 992 305,82 |
| Custos no exercício | 5 803 882,92 | 667 686,36 |

41



8.2.31.

Demonstração de Resultados Financeiros

| Cód. das Contas | Custos e Perdas | Cód. das Contas | Exercícios | | Proveitos e Ganhos | Exercícios | |
|-----------------|---|-----------------|--------------|------|---|--------------|--------------|
| | | | 2017 | 2016 | | 2017 | 2016 |
| 681 | Juros suportados | 50 627,85 | 246 225,72 | 781 | Juros obtidos | 5 685,24 | 20 566,72 |
| 682 | Perdas em entidades participadas | 0,00 | 0,00 | 782 | Ganhos em entidades participadas | 0,00 | 0,00 |
| 683 | Amortizações de investimentos em imóveis | 0,00 | 0,00 | 783 | Rendimentos de imóveis | 2 772 470,47 | 2 250 555,19 |
| 684 | Provisões para aplicações financeiras | 0,00 | 0,00 | 784 | Rendimentos de participações de capital | 484 609,25 | 851 269,66 |
| 685 | Diferenças de câmbio desfavoráveis | 0,00 | 0,00 | 785 | Diferenças de câmbio favoráveis | 0,00 | 0,00 |
| 687 | Perdas na alienação de aplicações de tesouraria | 0,00 | 0,00 | 786 | Descontos de pronto pagamento obtidos | 0,00 | 0,00 |
| 688 | Outros custos e perdas financeiros | 793,65 | 1 106,55 | 787 | Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria | 0,00 | 0,00 |
| | Resultados Financeiros | 3 211 343,46 | 2 875 059,30 | 788 | Outros proveitos e ganhos financeiros | 0,00 | 0,00 |
| | Total..... | 3 262 764,96 | 3 122 391,57 | | Total..... | 3 262 764,96 | 3 122 391,57 |

8.2.32.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

| Cód. das Contas | Custos e Perdas | Cód. das Contas | Exercícios | | Proveitos e Ganhos | Exercícios | |
|-----------------|--|-----------------|--------------|------|--|--------------|--------------|
| | | | 2017 | 2016 | | 2017 | 2016 |
| 691 | Transferências de capital concedidas | 676 744,87 | 374 085,00 | 791 | Restituições de impostos | 0,00 | 0,00 |
| 692 | Dívidas incobráveis | 0,00 | 0,00 | 792 | Recuperação de dívidas | 0,00 | 0,00 |
| 693 | Perdas em existências | 176 846,70 | 0,00 | 793 | Ganhos em existências | 0,00 | 231 850,01 |
| 694 | Perdas em imobilizações | 808,19 | 106,03 | 794 | Ganhos em imobilizações | 2 154,84 | 1 975,27 |
| 695 | Multas e Penalidades | 76 883,44 | 73 550,35 | 795 | Benefícios de penalidades contratuais | 576 995,48 | 2 828 004,14 |
| 696 | Aumentos de amortizações e de provisões | 0,00 | 0,00 | 796 | Reduções de amortizações e de provisões | 684 739,91 | 752 240,59 |
| 697 | Correcções relativas a exercícios anteriores | 272 156,46 | 684 271,17 | 797 | Correcções relativas a exercícios anteriores | 196 560,77 | 176 663,94 |
| 698 | Outros custos e perdas extraordinárias | 352 471,96 | 107 791,04 | 798 | Outros proveitos e ganhos extraordinários | 1 106 085,41 | 1 142 959,46 |
| | Resultados extraordinários | 1 010 624,79 | 3 893 889,82 | | | | |
| | Total..... | 2 566 536,41 | 5 133 693,41 | | Total..... | 2 566 536,41 | 5 133 693,41 |